



312
70

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Agravo de Instrumento nº 0307452-8 – Comarca de Recife

Agravante: Paulo Barbosa da Silva

Advogado: Tito Lívio de Moraes Araujo Pinto

Agravado: Emanuel de Andrade Machado e OUTROS

Advogado: Irivânio da Silva Gonçalves

Relator: Des. José Ivo de Paula Guimarães

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO E PROCESSO CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO EM DESPACHO QUE RECEBEU RECURSO DE APELO APENAS EM SEU EFEITO DEVOLUTIVO. INDEFERIMENTO. SENTENÇA CONFIRMATIVA DE DECISÃO INTERLOCUTÓRIA. APLICAÇÃO DO ARTIGO 520, VII DO CPC. SENTENÇA CONFIRMATIVA DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. CONSELHEIRO TUTELAR. MANDATO TAMPÃO. CUMPRIMENTO DO FIXADO PELO INCISO I DO ART. 2º DA RESOLUÇÃO Nº 152/12. AGRAVO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

1. Consoante entendimento jurisprudencial pacificado nesta Corte de Justiça e nos Tribunais Superiores, a regra do art. 475, II, do CPC, segundo a qual a sentença proferida em face da Fazenda Pública só produz seus efeitos após a confirmação do Tribunal, não deve prevalecer em relação ao comando insculpido no art. 520, VII, do CPC, haja vista o fato deste dispositivo disciplinar de maneira específica a matéria referente ao efeito em que é recebido o Recurso de Apelação quando a sentença confirma a antecipação de tutela, qual seja apenas no efeito devolutivo.

2. O inciso I do art. 2º da resolução nº 152, de 09 de agosto de 2012, estabelece, por resolução, a prorrogação dos mandatos ou estabelecendo "mandatos tampão", de forma que a posse dos Conselheiros Tutelares a serem eleitos seja realizada dia 04 de outubro de 2015 e posse no dia 10 de janeiro de 2016, conforme a Lei nº 12.696/2012, que modificou a redação do art. 139, e seus parágrafos do ECA, estabelecendo eleições unificadas em todo o país.

3. Ausência dos requisitos ensejadores da liminar perseguida neste instrumentalizado.

4. Agravo de Instrumento improvido. Decisão unânime.



Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Agravo de Instrumento nº 0307452-8, acima mencionado, ACORDAM os Desembargadores integrantes da Segunda Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, em sessão realizada no dia 03/10/2013, à unanimidade de votos, em negar-lhe provimento, nos termos do relatório e voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

P.R.I.

Recife, 03/10/2013.

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator



305
A

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Agravo de Instrumento nº 0307452-8 – Comarca de Recife

Agravante: Paulo Barbosa da Silva

Advogado: Tito Lívio de Moraes Araujo Pinto

Agravado: Emanuel de Andrade Machado e OUTROS

Advogado: Irvânio da Silva Gonçalves

Relator: Des. José Ivo de Paula Guimarães

RELATÓRIO

Trata-se de recurso de Agravo de Instrumento em face de despacho que, nos autos do Mandado de Segurança nº 0000097-24.2013.8.17.0930, recebeu a apelação interposta pelo ora agravante apenas no efeito devolutivo.

Em suas razões, de fls. 02/06, alega o agravante que, os agravados requereram em fase de antecipação de tutela a suspensão das Eleições de Conselheiro Tutelar em Macaparana/PE, o que foi deferido pelo Juízo *a quo*, e confirmado na carta sentenciante nos autos do Mandado de Segurança que tinha como pedido principal a prorrogação dos mandatos, configurando o Mandato Tampão, vindo o representante do Poder Executivo da edilidade, apelar diante dos relevantes fundamentos e risco de dano grave ou de difícil reparação, de forma que, nos termos do art. 520 c/c 558 do CPC, a apelação deve ser recebida no seu duplo efeito.

Contrarrazoando, pugna o agravado pela manutenção da decisão guerreada.

O representante do Ministério Público com assento nesta Câmara de Direito Público, às folhas 300/302, opinou pelo improvimento do referido agravo, mantendo-se a decisão em todos os seus termos.

É o relatório. Inclua-se em pauta.

Recife, 31 / 07 / 2013.

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator



309
AP

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Agravo de Instrumento nº 0307452-8 – Comarca de Recife

Agravante: Paulo Barbosa da Silva

Advogado: Tito Lívio de Moraes Araujo Pinto

Agravado: Emanuel de Andrade Machado e OUTROS

Advogado: Irivânio da Silva Gonçalves

Relator: Des. José Ivo de Paula Guimarães

VOTO

O inconformismo do agravante reside contra despacho que, nos autos da Ação Mandamental, que tinha como pedido principal a prorrogação dos mandatos dos Conselheiros Tutelares, configurando o Mandato Tampão, vindo o representante do Poder Executivo da edilidade, apelar diante dos relevantes fundamentos e risco de dano grave ou de difícil reparação, de forma que, nos termos do art. 520 c/c 558 do CPC, a apelação deve ser recebida no seu duplo efeito.

Como dito na decisão interlocutória por mim proferida, os rigores processuais impõem a obrigatoriedade da presença simultânea de dois pressupostos indispensáveis à atribuição do efeito suspensivo ao agravo de instrumento, quais sejam a plausibilidade do direito perseguido e o risco de dano irreparável ou de difícil reparação.

Compulsando os autos na estreita via de conhecimento permitido no âmbito do instrumentalizado exercitado pelo ora agravante, colho não assistir razão ao mesmo.

Inicialmente, faz-se mister destacar que, em regra, o recurso de apelação interposto contra a sentença concessiva de segurança, tendo em vista a natureza célere do *mandamus*, deve ser recebido tão somente no efeito devolutivo, consoante previsão contida no art. 14, da Lei nº 12.016/2009, *in verbis*:

Art. 14. Da sentença, denegando ou concedendo o mandado, cabe apelação.

§ 1º Concedida a segurança, a sentença estará sujeita obrigatoriamente ao duplo grau de jurisdição.

§ 2º Estende-se à autoridade coatora o direito de recorrer.

§ 3º A sentença que conceder o mandado de segurança pode ser executada provisoriamente, salvo nos casos em que for vedada a concessão da medida liminar.

§ 4º O pagamento de vencimentos e vantagens pecuniárias assegurados em sentença concessiva de mandado de segurança a servidor público da administração direta ou autárquica federal,



210
78

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

estadual e municipal somente será efetuado relativamente às prestações que se vencerem a contar da data do ajuizamento da inicial.

Neste mesmo sentido, ensina Hely Lopes Meirelles, em sua obra "Mandado de Segurança", Malheiros, p. 104, 26ª edição, que "o efeito dos recursos em mandado de segurança é somente o devolutivo, porque o suspensivo seria contrário ao caráter urgente e auto-executório da decisão mandamental".

Assim, a regra geral é o recebimento do apelo apenas no seu efeito devolutivo.

Todavia, o STJ vem admitindo excepcionalmente a concessão do efeito suspensivo ao recurso em casos de flagrante ilegalidade ou abusividade, como demonstra a ementa de recente julgado abaixo transcrita:

ADMINISTRATIVO E PROCESSO CIVIL - DESAPROPRIAÇÃO POR INTERESSE SOCIAL - REFORMA AGRÁRIA - AGRAVO DE INSTRUMENTO - CONCESSÃO DE EFEITO SUSPENSIVO A APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA - FUNDAMENTOS INSUFICIENTES PARA REFORMAR A DECISÃO AGRAVADA - POSSIBILIDADE DE CONCESSÃO DE EFEITO SUSPENSIVO EM CASOS EXCEPCIONAIS - ANÁLISE DOS REQUISITOS ENSEJADORES DA LIMINAR - MATÉRIA DE FATO - INCIDÊNCIA DA SÚMULA 07/STJ - PRECEDENTES DO STJ. 1. O agravante não trouxe argumentos novos capazes de infirmar os fundamentos que alicerçaram a decisão agravada, razão que enseja a negativa do provimento ao agravo regimental. 2. O STJ admite, em casos excepcionais de flagrante ilegalidade ou abusividade, a concessão de efeito suspensivo a mandado de segurança. 3. A averiguação da existência dos pressupostos para a concessão de efeito suspensivo a apelação em mandado de segurança importa em reexame do contexto fático-probatório dos autos, o que é defeso ao STJ por força do óbice da Súmula 7/STJ. Agravo regimental improvido (AgRg no REsp 1088331 / GO, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, T2 - SEGUNDA TURMA, DJ 16/12/2008).

Desta feita, passando à apreciação acerca da presença dos requisitos autorizadores da concessão do efeito suspensivo requestado, observo que, de acordo com a narrativa dos fatos posto na ação mandamental, a sentença confirmou a liminar, de modo que, como bem decidiu o Juízo *a quo*, deve ser aplicado, por analogia, o artigo 520 do CPC, que determina o recebimento da apelação apenas no efeito devolutivo quando a sentença confirma a antecipação dos efeitos da tutela.



311
70

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Com efeito, ressalte-se que, ao que tudo indica, não merece prosperar a alegação do agravante de que a manutenção dos "efeitos da decisão agravada poderá causar sérios e irreparáveis prejuízos ao Município de Macaparana/PE, notadamente às finanças públicas, comprometidas pelo pagamento dos então intitulados "conselheiros tutelares" através de um mandato tampão, concedido pela sentença já atacada por meio de apelação."

Conforme abstraído dos autos, a autoridade coatora não enviou ao Poder Legislativo o projeto de lei alterando Disposições Transitórias, para deliberar sobre a forma de garantir, no âmbito local, o cumprimento ao fixado pelo inciso I do art. 2º da resolução nº 152, de 09 de agosto de 2012, estabelecendo, por resolução, a prorrogação dos mandatos ou estabelecendo "mandatos tampão", de forma que a posse dos Conselheiros Tutelares a serem eleitos seja realizada dia 04 de outubro de 2015 e posse no dia 10 de janeiro de 2016, conforme a Lei nº 12.696/2012, que modificou a redação do art. 139, e seus parágrafos do ECA, estabelecendo eleições unificadas em todo o país.

Ante o exposto, verificando a ausência dos requisitos legais elencados no art. 558 do CPC, indefiro o pedido de efeito excepcional requerido, mantendo-se o despacho vergastado em todos os seus termos.

É como voto.

Recife, 03/10/2013.

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator